

O PATRIMÔNIO CULTURAL E A HISTÓRIA PÚBLICA: OBSERVAÇÕES SOBRE OS EMBATES CONTEMPORÂNEOS

Leticia Brandt Bauer
 Viviane Trindade Borges

Resumo: Frente a processos muitas vezes cruéis de imposição daquilo que deve ser preservado e rememorado, pretendemos transitar por exemplos que subvertem a ordem estabelecida pelo campo do patrimônio, problematizando o patrimônio cultural à luz da História Pública. A análise de casos ocorridos no Brasil nos últimos cinco anos permite ilustrar como preservar e despertar o sentimento de identidade aparecem como premissas inerentes ao que foi instituído como patrimônio cultural. Analisaremos as instabilidades dentro desta construção, procurando problematizar atos cidadãos que escapam ao controle do poder público, atualizam os monumentos e instauram debates fundamentais para pensar a quem serve o patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, história pública, participação cidadã.

Cultural Heritage and Public History: considerations on contemporary strives

Abstract: Considering the often cruel imposition process of what must be preserved and remembered, we intend to expound some dissenting cases in the establishment of heritage field that query cultural heritage in light of Public History. The analysis on Brazilian cases in the last five years allows to present how to preserve and to arouse identity feeling are taken as intrinsic premises on cultural heritage. We analyze the frailty of this structure through the inquiry of citizen acts that goes beyond the control of public institutions, updates monuments and proposes fundamental debates on the beneficiaries of heritage.

Keywords: Cultural heritage, public history, citizen participation.

El Patrimonio Cultural y la Historia Pública: observaciones sobre los embates contemporáneos

Resumen: Frente a procesos crueles de imposición de lo que debe ser preservado y rememorado, pretendemos transitar por ejemplos que subvierten el orden establecido por el campo del patrimonio, problematizando el patrimonio cultural a la luz de la Historia Pública. El análisis de casos ocurridos en Brasil en los últimos cinco años permite ilustrar cómo preservar y despertar el sentimiento de identidad aparecen como premisas inherentes a lo que fue instituido como patrimonio cultural. Analizamos las inestabilidades en esta construcción, buscando problematizar actos ciudadanos que escapan al control del poder público, actualizan los monumentos e instauran debates fundamentales para pensar a quién sirve el patrimonio.

Palabras clave: Patrimonio cultural, historia pública, participación ciudadana.

Introdução

Patrimônio cultural evoca conflitos e tensões. Um rápido olhar sobre o campo no Brasil indica relações nem sempre afetuosas. A atuação de instâncias oficiais responsáveis pela seleção e formalização do que será oficialmente protegido é permeada por disputas e conflitos. São processos arbitrários e, muitas vezes, cruéis de imposição daquilo que deve ser preservado e rememorado. Ainda que a Constituição Federal de 1988, em seu amplamente citado artigo 216 (BRASIL, 1988), tenha proposto uma abertura que indica a necessidade da participação de diferentes grupos no reconhecimento do patrimônio nacional, efetivamente esse processo tem caminhado a passos lentos.

A participação cidadã tem sido tema visitado pelos pesquisadores do patrimônio nos últimos anos. Para citar apenas um exemplo recente, visto que a proposição de uma tentativa de balanço extrapola a proposta do presente artigo, em 2018 a VII Jornada Catarinense de Estudos sobre Patrimônio Cultural, organizada pela Universidade do Estado de Santa Catarina, reuniu pesquisadores nacionais e internacionais da área para debater o tema “Patrimônio Cultural e Participação Cidadã”. A

abertura dos museus e instituições para um fazer com e para os sujeitos envolvidos, as possíveis controvérsias implicadas na efetiva participação dos grupos em processos de patrimonialização, bem como as profanações e seus possíveis significados nas apropriações do patrimônio foram, em linhas gerais, os temas abordados pelos palestrantes¹. As denominadas profanações, muitas vezes também chamadas de vandalismo, podem ser entendidas como atos que escapam ao controle do poder público e que trazem outros significados à noção de participação cidadã, principalmente quando lidas a partir de uma perspectiva de História Pública.

Conforme observa Diego Machado, as palavras vandalismo e vândalo, carregam "significados que, na maioria das vezes, implicam tomar como 'brutalidade' e 'ignorância' determinados atos e seus atores, o que inibe, ou até mesmo bloqueia, a percepção de racionalidades que lhes são próprias" (MACHADO, 2018a, p. 44). Da mesma forma, a profanação carrega a ideia de algo sagrado e, portanto, uma obrigação devocional.

Ambas as perspectivas convergem para a desqualificação de ações consideradas negativas face ao esperado em relação ao patrimônio cultural. O esperado, nesse caso, relaciona-se diretamente à preservação, ao cuidado, à adoração daquilo que foi selecionado para ser considerado importante.

Por outro lado, é também possível entender esses atos como tentativas não controladas de participação que exigem uma escuta e que trazem o patrimônio para o debate público, evidenciando a quem ele serve e a quem não serve. Por vezes, irreverências. Como afirma Canclini,

Sem vitrinas nem guardiões que os protejam, os monumentos urbanos estão felizmente expostos a que um grafite ou uma manifestação popular os insira na vida contemporânea. Mesmo que os escultores resistam a abandonar as fórmulas do realismo clássico ao representar o passado, a fazer heróis de manga curta, os monumentos se atualizam por meio as "irreverências" dos cidadãos (CANCLINI, 2013, p. 301).

Não pretendemos, de maneira alguma, argumentar em favor de ações ilícitas contra o patrimônio público ou privado. Tampouco é nosso intuito aqui ajuizar sobre os caminhos trilhados pelos processos de patrimonialização. O que intentamos é ilustrar algumas de suas implicações à luz da História Pública, pensando especialmente o fluxo de interesses conflitantes que são, na grande maioria das vezes, inerentes ao campo. Ao mesmo tempo, buscamos problematizar o debate que tais ações instauram no presente. Pensar essa relação significa um exercício de observação que deve levar em conta as políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural em suas múltiplas possibilidades. Ademais, com ou sem a Universidade, com ou sem o Poder Público, é fato incontestável que grupos, comunidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais têm progressivamente assumido e mobilizado a discussão sobre o quê e como patrimonializar. Essa pauta nos interessa e investigá-la desde o ponto de vista da História Pública parece ser um exercício instigante.

¹ Dra. Leticia Bauer, do Museu Joaquim Felizardo, apresentou o trabalho: "Patrimônio cultural e participação cidadã: horizontes possíveis num campo de verticalidades"; Prof. Dr. Paulo Peixoto, da Universidade de Coimbra): "Patrimonialidade e patrimonialização: o patrimônio como metalinguagem"; Profa. Dra. Ilanil Coelho da Univil: "Uma participação reservada: operações e operadores locais da candidatura da Universidade de Coimbra a patrimônio mundial" e Dr. Diego Machado, então doutorando do PPGH/UDESC, com o trabalho: "Para além da participação cidadã: profanações do patrimônio cultural e emergências de espaços de aparecimento na vida urbana".

A História Pública como possibilidade

A História Pública não é nenhuma novidade. O que talvez seja novo é o movimento de reflexão a seu respeito nos últimos anos no campo acadêmico.² O conceito e as discussões que cercaram a fundamentação de sua importância remetem aos anos 1970 em países como Canadá, Austrália, Itália, África do Sul e Estados Unidos. No Brasil, a discussão teve início a cerca de 10 anos e segue se ampliando e se consolidando.

Essa área de estudo e ação possui quatro engajamentos fundamentais “passíveis de entrecruzamento”: a história feita para o público, com o público, pelo público e, finalmente, história e público, abarcando “a reflexividade e autorreflexividade do campo” (SANTHIAGO, 2016, p. 28). O patrimônio cultural e a tessitura de suas escolhas deveriam, ao menos em tese, imbricar tais possibilidades.

A área tem trazido reflexões a respeito do fazer História, sobre a atuação do profissional historiador e sobre as relações com o público, entre outras, propondo que a história extrapole os espaços acadêmicos, amplia sua audiência e suas práticas. A História Pública seria, portanto, um

novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p. 3).

Entre livros, documentários, podcasts e canais de YouTube, a História Pública se movimenta e dispõe, inclusive, de um verbete específico na Wikipédia, o que parece fazer muito sentido quando se pensa que a ampliação de audiências talvez seja uma de suas características mais citada (e menos polemizada). De acordo com o verbete, na trajetória da História Pública é possível reconhecer a presença da expressão “em trabalhos de história oral e memória, *museus e patrimônio e história do tempo presente* há algumas décadas” (grifo nosso). De fato, entendido como um tema importante no debate atual, o patrimônio cultural é uma das categorias-chave dentro da História Pública, trazendo questões ligadas, principalmente, às políticas de memória e os usos passado a partir de traços materiais e imateriais patrimonializados.

Nos últimos anos, é perceptível o entrecruzamento entre História Pública e patrimônio cultural. A elasticidade do conceito abriu novas possibilidades, como a incursão de outros patrimônios (e, com eles, de outros sujeitos) até então colocados à margem daquilo tradicionalmente tido como digno de ser oficialmente protegido. Mais que isso, práticas colaborativas avançam como possibilidade em processos de patrimonialização, remetendo à noção de autoria compartilhada, tão cara à área.

A dimensão pública do patrimônio, como plataforma de encaminhamento de embates e discussões, tem na História Pública um campo de ação que permite questões sociais e políticas ganhem uma dimensão pública. O patrimônio abriga signos de identificação entendidos muitas vezes como intrínsecos e coletivos. As ações aqui analisadas, investidas contra o patrimônio e reverberadas no social através da mídia, trazem à tona a dimensão pública do patrimônio e suas potencialidades

² Almeida e Rovai (2011), Fontes e Chalhoub (2009), Frisch (1990), Hamilton (1996), Hayden (1997), Howe e Kemp (1986), Liddington (2005, 2012), Ribeiro, Rovai e Boni (2012), Mauad, Almeida e Santhiago (2016), Borges, Mauad e Santhiago (2018).

para pensar as fissuras dentro deste discurso aparentemente pacífico e conformado. A História Pública permite problematizar o papel do patrimônio como mediador do passado e seu alcance nesta difícil e tortuosa tarefa, bem como os embates que cercam a participação do público nesse processo.

Frente a obsessão pelo passado podemos pensar que as ações de patrimonialização deveriam preservar "para tornar mais habitável o presente e preservá-lo por ele mesmo: primeiro para seu próprio uso" (HARTOG, 2017, p. 44). Mas quais seriam os limites desse uso? Uso este controlado por quem?

Certamente tais questões estão relacionadas ao excesso de patrimônio que marca o tempo presente. Frente a esse excesso que instiga os pesquisadores da área e causa dor de cabeça às instituições responsáveis, François Hartog (2017, p. 43-44) questiona se estaríamos cruzando a linha, saindo da fase ascendente para uma fase de refluxo, "da invenção passamos à digestão". Seria o tempo de pensar sobre o que conservar, considerando que deve servir à vida (BORGES, 2018, p. 218).

A crítica à histeria do patrimônio (PEIXOTO, 2006) não é nova e segue gerando debates que permitem desnaturalizar as ações e as escolhas operadas no campo. Tudo pode vir a ser investido de sentidos patrimoniais. O que é próprio de uma noção que chega ao ponto de se tornar uma palavra de época (HARTOG, 2017, p. 46), uma das palavras-chave utilizada para dar conta do nosso tempo (DELACROIX, 2018, p. 54)³. Nesse sentido, o termo ultrapassa o âmbito acadêmico ou técnico e podemos observar seu emprego em sentidos diversos, por vezes até mesmo conflitantes (BORGES, 2018). O patrimônio priva de uma definição dada pela legislação.⁴ Também pode ser referido a partir de leituras que instrumentalizam seu conceito do ponto de vista das Ciências Humanas⁵. Entretanto, a expansão dos possíveis entendimentos do conceito de patrimônio cultural tem sido acompanhada, em grande medida, pela valorização da participação cidadã em processos de patrimonialização⁶.

A dimensão prática da História Pública é por vezes evocada para trazer à tona tentativas de despertar sensibilidades e produzir diálogos entre o patrimônio e a sociedade. Face a processos muitas vezes cruéis de imposição daquilo que deve ser preservado e rememorado, passaremos a análise de exemplos que mostram as instabilidades dentro da construção daquilo que deve ser preservado, procurando problematizar as irreverências cidadãs que atualizam os monumentos e instauram debates fundamentais para pensar a quem serve o patrimônio.

Desestabilizando os vultos da nação

Ao observar a trajetória da institucionalização do patrimônio cultural no Brasil nos deparamos com um quadro bastante definido em relação às seleções e imposições do que foi considerado digno de preservação oficial. Apresentaremos aqui três casos que podem ser um desafio inicial interessante para pensarmos as linhas de força (convergentes e, também, conflitantes) que marcam esse campo tão peculiar do patrimônio cultural. Delas também é possível extrair um entendimento acerca do que

³ Conforme Delacroix (2018, p. 54), patrimônio faz parte do "quarteto das palavras-chaves constantemente utilizadas para dar conta do nosso tempo": comemoração, patrimônio e identidade e memória.

⁴ No caso brasileiro há o Decreto-lei 25 (BRASIL, 1937) e o artigo 216 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

⁵ Citamos, por exemplo, a conceituação do patrimônio cultural como um "espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos" (CANCLINI, 1994, p. 97).

⁶ Bauer e Borges ligam a participação cidadã a possibilidade de incursão dos recentemente denominados de "novos" ou outros patrimônios em instituições e/ou espaços de memória. Esse processo seria frequentemente acompanhado pelo "incentivo à participação dos sujeitos diretamente envolvidos", estabelecendo "novos e importantes desafios ao campo do patrimônio cultural em diálogo com a História Pública" (2018, p. 31).

está em jogo quando se fala sobre ele. Pretendemos construir caminhos a partir dos casos citados, transitando por um mosaico de olhares e abrindo brechas para problematizar a participação cidadã e seus embates. Esse percurso tem como eixo condutor a análise do patrimônio cultural à luz da História Pública.

Salientamos que se trata de um recorte bastante específico, uma vez que diz respeito aos monumentos, essa espécie de “liturgia autoconsagradora do poder”, para empregar uma expressão de Canclini (2013, p. 291). Trata-se de uma forma peculiar e intencional de homenagem que, muitas vezes, é incluída nas listas oficiais de bens patrimonializados e, outras tantas, é simplesmente entendida como patrimônio pela mídia. Neste caso, a qualificação de um monumento como patrimônio aparece como algo naturalizado.

O primeiro caso que gostaríamos de mencionar refere-se a uma intervenção realizada em 2015 no Monumento do Expedicionário⁷, localizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O ato foi reivindicado por um grupo chamado “Galera do Pixo do Triangulo” CAV do Terror. O monumento, também conhecido como “Arcos das Redenção”, amanheceu manchado de tinta colorida dias após a conclusão de sua restauração. Localizado no Parque Farroupilha, o monumento é tombado em nível municipal em conjunto com o Parque e demais monumentos existentes no local. Por meio de uma carta divulgada na internet, intitulada “Assumimos a autoria do pixo do Arco da Redenção”, a Galera do Pixo afirmava ter jogado tinta em um dos mais famosos cartões-postais de Porto Alegre, criticando a recente restauração⁸. A carta destacava que na capital gaúcha haviam muitos monumentos para “homenagear matador de preto e índio, safado e corrupto”, e convidava “os manos & manas pra chegar no centro e mostrar pro mundo nossa arte que é o pixo, o bixo contra o tédio monumental de Porto Alegre” (FOGLIATTO, 2015).

Em sentido próximo, lembramos das ações realizadas em 2016 no Monumento às Bandeiras⁹ e na estátua de Borba Gato¹⁰, localizados em São Paulo. Ambos figuram na “Lista de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2008c), sendo que o Monumento às Bandeiras foi tombado em nível estadual em 1985. A ação ocorreu no dia seguinte ao debate realizado entre candidatos à Prefeitura de São Paulo, sendo o suposto abandono da cidade um dos temas discutidos. Os monumentos foram tingidos com tintas coloridas e

⁷ O monumento é de autoria de Antônio Carangi e foi inaugurado em 1957 como homenagem aos combatentes da Força Expedicionária Brasileira que lutaram na Segunda Guerra Mundial.

⁸ “Que tipo de escroto gasta 250 mil reais reformando uma um monumento bagacero desses, enquanto nas quebradas dessa mesma cidade tem piá no berço morrendo em boca do rato, porque não tem tratamento de esgoto?!” (FOGLIATTO, 2015, s.p.).

⁹ Localizado no Parque Ibirapuera, foi idealizado em 1920 e inaugurado em 1953. De acordo com as informações disponíveis no site da Prefeitura de São Paulo, o monumento foi “incorporado à paisagem paulistana”, tornando-se “um de seus mais expressivos símbolos”. Conforme a pesquisa disponível na página, “Brecheret propôs a construção de um monumento em homenagem às bandeiras, um tema com grande apelo histórico para os paulistas naqueles anos. A escolha do tema partiu do escritor Menotti del Picchia, que afirmava: ‘Os paulistas lembrariam os heróis de sua terra nas comemorações do Centenário da Independência’” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2008a).

¹⁰ De autoria do escultor Julio Guerra, localiza-se na confluência das avenidas Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, na cidade de São Paulo. De acordo com o histórico disponível no site da Prefeitura de São Paulo, a obra “divide opiniões desde sua inauguração em 27 de janeiro de 1963” e, apesar disto, “tornou-se um reconhecido cartão-postal da cidade, imediatamente associado ao bairro de Santo Amaro”. A inauguração, segundo a mesma fonte, “integrou os festejos do IV Centenário de Santo Amaro. Além de discursos, Borba Gato foi saudado por um desfile com os tradicionais Romeiros de Pirapora, populares vestidos de bandeirantes, índios e damas antigas, carros de boi e uma canoa como as usadas pelos bandeirantes” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2008b).

provocaram numerosas e controversas reações. O Instituto Victor Brecheret, dedicado à obra do escultor, manifestou-se, lamentando a “violência contra uma das mais importantes obras artísticas do país” e alegando que o monumento pertencia “ao povo brasileiro” (FRAISSAT, 2016). As discussões geradas a partir do ato tiveram tamanha repercussão que chegaram a se transformar em questão da Olimpíada Nacional de História de 2017. A prova explorava, entre outros documentos, os textos de Leonardo Sakamoto e Silvio Oksman (SAKAMOTO, 2019)¹¹.

O último caso reitera algumas dessas questões. Em 2013, os bustos em bronze de nomes importantes da história de Santa Catarina desapareceram da Praça XV. Cruz e Sousa, José Boiteux, Victor Meirelles e Jerônimo Coelho, foram roubados de um dos principais pontos turísticos da cidade:

Todos os bustos furtados são de catarinenses que fizeram parte da história do estado. João da Cruz e Sousa foi poeta, Victor Meirelles atuou como pintor, José Boiteux foi jornalista, advogado e historiador e Jerônimo Coelho foi jornalista, militar e político (PORTAL G1 SC, 2013).

Ninguém viu o roubo das peças tombadas pelo patrimônio histórico municipal (ROVAI, 2013), conforme reiteram as reportagens sobre o ocorrido. Ninguém notou a ausência, até cerca de 15 dias depois do ocorrido. Segundo uma das matérias os “bustos eram uma maneira de prestar homenagens a pessoas importantes e que mereciam destaque, escolhidas em um processo bastante seletivo” (LOURENÇO, 2013). Os tais critérios para a escolha não são citados. O uso destes monumentos como homenagem a figuras de destaque, tão comum no século XIX, conforme salienta a matéria, era também uma forma de “levar a história para as ruas” (LOURENÇO, 2013). A reportagem traz os depoimentos de historiadores, arquitetos e jornalistas. O caso serviu de alerta à Prefeitura de Florianópolis que passou a ter uma maior preocupação com o “patrimônio público”, o que se refletiu em ações como “um incremento nas rondas da polícia militar, reforço [na estrutura] das placas, bustos e estátuas da cidade” (PORTAL G1 SC, 2014). Os bustos da Praça XV foram refeitos e colocados de volta no local e “para garantir que os bustos não sejam mais roubados, optou-se por produzir peças mais pesadas do que às anteriores e ligá-las a uma haste profunda dentro de cada pedestal fixado no chão” (ALVES, 2014). Com estas ações os valores patrimoniais estariam assegurados?

Tensões e fissuras

Nos episódios citados é possível identificar diferentes nuances e tensões inerentes ao campo do patrimônio. Preservar e despertar o sentimento de identidade aparecem como premissas intrínsecas

¹¹ O jornalista publicou em seu *blog* o provocativo texto intitulado “Ao invés de pichar, que tal remover as homenagens aos bandeirantes em SP?” que argumentava, entre outras questões, sobre a importância de discutir sobre a simbologia a ele associada, fortalecida por uma narrativa escolhida pela elite e centrada no herói bandeirante. Afirma Sakamoto: “Os monumentos pichados não são lembrança daquele momento histórico, mas símbolos construídos para fortalecer uma narrativa histórica por um grupo social que ainda hoje está no poder. Ou seja, não são lembranças de um passado que não existe mais, mas parte de um presente que segue formando, com toda força, um conceito de cidade e de povo. Sem que esse povo se importe com isso” (SAKAMOTO, 2016, s.p.). O texto de Oksman, por sua vez, considera monumento não somente uma “ode às bandeiras”, mas parte integrante do cenário da cidade. Mais que isso, traz à discussão sua relação com a história brasileira: “Se hoje podemos olhar para esta obra e entender que há outras abordagens possíveis para a história das Bandeiras, que não aquela que se contou até pouco tempo, a questão que se coloca é de como recontar a história, lembrando também dos derrotados”. Eliminar os monumentos, diz o autor, significaria “contar apenas parte da história” (OSKMAN, 2016, s.p.).

ao que foi instituído como patrimônio cultural, sendo que os dois termos aparecem de forma recorrente como categorias complementares. O patrimônio cultural representaria determinada identidade e esta, por fim, estaria por ele legitimada. Afinal, como bem define Joan Frigolé Reixach, “a identidade, do tipo que seja, não é unicamente algo que se sente ou se pensa, senão algo que se deve manifestar aberta e publicamente” (1980, p. 4, tradução nossa), mediante escolhas.

Patrimônio cultural e identidade vivem em constante ameaça de desaparecimento nos discursos preservacionistas, ao mesmo tempo em que aparecem como afirmações naturalizadas. Paulo Peixoto alerta para os perigos de assumir essa visão simplista:

Se, como é recorrente, assumirmos a simplicidade da equação ficamos, por um lado, perante uma concepção excessivamente essencialista de identidade (que elide o seu carácter construído, relacional e conflitual) e, por outro lado, somos confrontados com uma concepção de património que não deixa transparecer devidamente o seu carácter de ficção cultural ao mesmo tempo encantatória, selectiva e idealizadora (PEIXOTO, 2004, p. 184).

Os usos do patrimônio no presente adquirem sentidos diversos que extrapolam essa dualidade. Os casos citados são exemplares nesse sentido. Mais que isso, eles mobilizam questões trazidas pela participação cidadã, seja por sua ausência, seja por sua presença de forma “enviesada”, diversa da mobilização preservacionista. O vandalismo seria resultado de uma ausência de identificação patrimonial ou uma forma de indicar outras ausências? O historiador Dawson Munjeri (2003), em publicação organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), menciona essa questão. Segundo ele “abundan los casos en los que los sitios y monumentos han sido objeto de vandalismo o bien desdeñados por el hecho de no haber conseguido que la gente se identifique con estas manifestaciones materiales” (MUNJERI, 2003, p. 14).

Analisando a questão do vandalismo em Joinville, Diego Machado questiona: “as pichações em bens culturais, ou mesmo outras formas de ataques ao patrimônio também consideradas vandalismos, representam entraves ao desejo de fazer com que as pessoas se identifiquem com o patrimônio cultural?” (2018a, p. 19). Como observa o autor, diferentes usos e significados podem se sobrepor, evocando desentendimentos. Em situações específicas,

criam espaços de aparecimento para indivíduos e grupos sociais invisibilizados na cidade. Tais espaços de aparecimento, ainda que insólitos e fugazes, expõem uma esfera pública restritiva ao direito de aparecer, isto é, ao direito de indivíduos e grupos de se mostrarem em público do jeito que são ou, ao menos, do jeito que gostariam de serem vistos e reconhecidos (MACHADO, 2018b, p. 108).

O sentido de valor patrimonial não é algo intrínseco e evidente, tampouco eterno e estável (MENESES, 1994; GONÇALVES, 2014). Ele exige reiteradas renovações que instituem a atribuição de valor, garantindo sua existência através dos anos. Neste sentido,

é preciso que o valor continue a ser atribuído, de modo que, através das gerações, os bens patrimoniais continuem a ser percebidos como algo que merece ser preservado em decorrência de sua importância para toda uma coletividade. Nenhuma ação de patrimonialização será suficiente, em si, para conferir estabilidade de sentido a um bem patrimonializado (GONÇALVES, 2014, p. 92).

Ademais, podemos fazer uma pergunta simples, porém sempre produtiva: no âmbito do campo patrimonial e das peculiaridades que lhe são inerentes, a quais grupos a noção de “coletividade”¹² corresponde? Ao que tudo indica, ela também é tema de disputas. A instabilidade dos sentidos patrimoniais é percebida nos casos analisados. Certamente não estamos aqui questionando ou condenando a existência de tais monumentos, mas ponderando sobre as irreverências dos cidadãos, empregando a expressão de Canclini, para com o patrimônio instituído como seu. Em certa medida, podemos afirmar que é por meio dessas apropriações que eles são reinseridos na vida contemporânea, que ganham espaço de discussão, que são desnaturalizados. Afinal, “Não é uma evidência da distância entre um Estado e um povo, ou entre a história e o presente, a necessidade de reescrever politicamente os monumentos?” (CANCLINI, 2013, p. 301).

Pensar tais questões é uma forma de nos engajarmos no diálogo social e nas fissuras do tecido urbano. A História Pública é, certamente, uma plataforma para reflexão, especialmente quando pensamos sobre as possíveis relações entre História e participação pública que atravessam os episódios citados. A crítica dirigida ao passado, referida nos episódios ocorridos em São Paulo e em Porto Alegre, e que de forma correlata transpassa o ocorrido em Florianópolis. O quase absoluto silêncio em relação ao desaparecimento daquilo que teria como missão levar a história para as ruas. Ambos indicam que o patrimônio cultural abre-se como plataforma para debate, uma vez que a área aciona sentidos, valores e conceitos que ora se ancoram no repertório selecionado para representá-los ao longo do tempo, ora provocam fissuras em sua presumida monumentalidade.

Considerações finais

Observa-se, na atualidade, um desejo de participação nos processos de patrimonialização, seja por parte das instituições oficiais do patrimônio, a exemplo da consulta pública realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018) ou pela proposição de inventários participativos (IPHAN, 2016), seja por iniciativas não necessariamente previstas, como no caso das intervenções contestatórias nos monumentos, como os eventos ocorridos em Porto Alegre e São Paulo.

A História Pública, entendida não como campo disciplinar com métodos e objeto próprio, mas como espaço para debates, cede espaço para as reflexões sobre patrimônio cultural. Talvez sua potência esteja justamente em incluir as intervenções do presente na discussão acerca da produção de sentidos históricos empreendida por órgãos públicos voltados à seleção e preservação de bens qualificados como históricos e culturais em nome de um coletivo imaginário baseado em uma suposta identidade comum.

Bens patrimonializados estão intrinsecamente relacionados à dimensão pública. Trata-se, em certo sentido, de uma produção de narrativa relacionada ao passado produzida fora do âmbito acadêmico. Mais que isso, em grande parte das vezes, tratam-se de bens materiais investidos de significado disponíveis na arena pública com intuito pedagógico, como no caso dos monumentos. Daí decorre a possibilidade da intervenção do público no público. Nesse sentido, a participação de

¹² André de Lemos Freixo discute essas e outras questões no pertinente texto intitulado “What drives ‘us’ to the past? On the ethics of temporal discourses”, explorando, entre outros exemplos, comemorações oficiais e monumentos (FREIXO, 2017).

indivíduos e/ou coletivos por meio de intervenções contestatórias acrescenta novos condicionantes na narrativa patrimonial e a História Pública pode ser uma plataforma interessante para situar tais processos. Se a constituição de um repertório nacional de monumentos públicos constitui, há muito, um possível objeto de análise da disciplina histórica, a participação cidadã no presente aciona outras formas possíveis de engajamento para as quais a História Pública está atenta.

Jornais e Blogs

ALVES, Felipe. Bustos de Cruz e Sousa, José Boiteux e Victor Meirelles retornam à praça 15, em Florianópolis, *Portal ND+*, Florianópolis, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/q52Aug>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FOGLIATTO, Débora. Discussão sobre monumentos e pichações volta à tona após depredações na Redenção, *Sul 21*, Porto Alegre, 1º fev. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/pEC6GF>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

FRAISSAT, Zanone. Estátua do Borba Gato e Monumento às Bandeiras são “pichados” em SP, *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/BKTtjM>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PORTAL G1 SC. Bustos em bronze são furtados na Praça XV, em Florianópolis, *Portal G1 SC*, 22 ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zRE4qC>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

PORTAL G1 SC. Bustos da Praça XV são recolocados no Centro de Florianópolis. *Portal G1 SC*, 20 set. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/p6xbeL>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LOURENÇO, Júlia Antunes. Historiadores consideram irreparável e lamentável roubo de bustos da Praça XV em Florianópolis. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23 ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/zRE4qC>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

ROVAI, Gabriela. Prefeitura de Florianópolis garante a confecção de novos bustos em bronze na Praça XV. *A Notícia*, Florianópolis, 23 ago. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/NPJKSj>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. Ao invés de pichar, que tal remover as homenagens aos bandeirantes em SP?, *Blog do Sakamoto*, São Paulo, 30 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/2uxgL1>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história*. XVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

BAUER, Leticia. BORGES, Viviane. Outras memórias, outros patrimônios: desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: BAUER, Leticia; BORGES, Viviane (Orgs.). *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BORGES, Viviane. A patrimonialização e suas contradições: o patrimônio prisional na França do tempo presente. *Anos 90*, v. 25, n. 48, p. 213-240, dez. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* [1988]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL. *Decreto lei 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

FONTES, Paulo; CHALHOUB, Sidney. História Social do Trabalho, História Pública. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 4, p. 217-228, 2009.

FRISCH, Michael. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: State University of New York Press, 1990.

- FREIXO, André de Lemos. What drives “us” to the past? On the ethics of temporal discourses. *International Family History Workshop*. [Apresentação oral]. Disponível em: <http://www.academia.edu/37040398/What_drives_us_to_the_past_On_the_ethics_of_temporal_discourses>. Acesso: 01 fev. 2019.
- GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, n. 19, p. 83-97, dez. 2014.
- HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.
- HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HAYDEN, Dolores. *The Power of place: urban land scapes as Public History*. Cambridge: The Mit Press, 1997.
- HOWE, Barbara; KEMP, Emory (eds.). *Public History: an Introduction*. Melbourne, Fl.: Krieger Publishing Co., 1986.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Consulta Pública sobre a Política de Patrimônio Material*, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1632>>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: inventários participativos - manual de aplicação*. Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2012, p. 31–52.
- LIDDINGTON, Jill; DITCHFIELD, Simon. Public History: A Critical Bibliography. *Oral History*, v. 33, Re-presenting the Past, 2005.
- MACHADO, Diego. *Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC*. 440fls. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Joinville, 2018a.
- MACHADO, Diego. Diálogos arriscados: do direito de participação cidadã na patrimonialização ao direito cidadão de aparecer no patrimônio cultural. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 32, p. 92-115, 2018b.
- MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (Orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história. *Anais do Museu Paulista*, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994.
- MUNJERI, Dawson. Patrimonio Material e Inmaterial: de la Diferencia a la Convergencia. *Museum International: Intangible Heritage*, v. 221-222, p. 13-21, may 2004.
- OKSMAN, Silvio. Os monumentos às bandeiras. Uma nova perspectiva. *Vitruvius*, ano 17, nov. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/uW9vii>>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 70, p. 183-204, 10 dez. 2004.
- PEIXOTO, Paulo. *O passado ainda não começou*. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano Português. Tese de doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo (Monumento às Bandeiras)*. São Paulo, maio 2008a. Disponível em: <<https://goo.gl/VSn2j5>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo (Borba Gato)*. São Paulo, maio 2008b. Disponível em: <<https://goo.gl/zPQc7R>>. Acesso em: 25 jan. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos da Cidade de São Paulo*. São Paulo, maio 2008c. Disponível em: <<https://goo.gl/UyQKWQ>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- RIBEIRO, Suzana; ROVAI, Marta; BONI, Marcela. Audiovisual e história oral: utilização de novas tecnologias em busca de uma história pública. *Oralidades: Revista de História Oral*, v. 10, p. 89-105, 2012.
- REIXACH, Joan Frigolé. Inversió simbólica i identitat ètnica: una aproximació al cas de Catalunya. *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, n. 1, p. 3-27, 1980.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23–35.

Recebido em: fev. 2019.

Aceito em: mar. 2019.

Leticia Brandt Bauer: Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. E-mail: leticiabbauer@gmail.com

Viviane Trindade Borges: Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina, atuando no curso de graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-2. E-mail: vivianetborges@gmail.com